

Governo aumenta abatimentos para casa própria e aluguéis

DM
asier
ivos
Trib

BRASÍLIA — O Governo decidiu aumentar em 200 por cento o limite de abatimento para as prestações da casa própria ou aluguel, nas declarações do Imposto de renda das pessoas físicas. O teto passa de Cr\$ 250 mil para Cr\$ 750 mil, já a partir do exercício de 1984, relativo ao ano-base de 1983.

A medida compõe o pacote de medidas elaborado pelo Governo, para negociar com os partidos políticos o programa de ajustamento econômico proposto pelas autoridades econômicas. O favorecimento aos contribuintes do Imposto de Renda é o caminho escolhido pelo Governo para compensar as perdas de poder aquisitivo decorrente da contenção dos reajustes salariais, preconizada no novo elenco de medidas econômicas.

Os Ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Erná-

ne Galvães, estarão presentes, hoje, à reunião do Grupo dos 11 do PDS, no Rio de Janeiro, para tentar obter o consenso no âmbito do partido do Governo em relação às novas decisões. A expectativa do Governo é de que seja possível convencer os parlamentares do PDS a se lançarem, a partir de amanhã, no processo de negociação em torno das medidas, junto aos partidos de oposição e aos sindicatos de trabalhadores.

Na área econômica governamental, foi possível harmonizar as diversas propostas referentes à política salarial, concluindo-se pela implantação de um sistema gradativo de livre negociação salarial. Os setores do Governo envolvidos nestes estudos reconheceram a dificuldade de adoção da proposta de livre negociação a curto prazo, já que encontraria os trabalhadores

do País com um poder de barganha restrito, em face dos elevados níveis de desemprego, registrados atualmente.

O esquema sugerido pelo Governo prevê a generalização da livre negociação salarial no País a partir de primeiro de agosto de 1988. Até julho de 1985, as negociações salariais serão liberadas no âmbito de cada empresa, desde que não ultrapassem ao limite global de 80 por cento do INPC nas folhas de pagamentos. A partir de agosto de 1985, os percentuais de reajuste automático, garantidos pelo Governo, seriam gradativamente reduzidos, culminando com a liberação total das negociações depois de agosto de 88.

O Ministério do Trabalho está encarregado de estruturar um órgão específico de fiscalização do cumprimento desses acordos sala-

riais, para impedir que o quadro de desemprego e de rotatividade de cargos seja utilizado em benefício próprio dos empregadores.

Ainda na área salarial, o Governo acenará com propostas de liberação da Lei de Greve e do esquejo de eleições sindicais, com a preocupação de conceder maior poder de barganha aos representantes dos trabalhadores nos acordos salariais.

Esse cuidado reflete a atenção do Governo em relação à reação dos partidos políticos de Oposição e dos sindicatos operários, diante das novas medidas econômicas e políticas. A intenção, segundo alta fonte consultada ontem, é de amarrar um novo pacote de medidas que não seja apenas viável economicamente, mas, principalmente, consiga o apoio da maioria política no País.